

CONSTITUINTE

Plenário vazio,
o problema que os
líderes estão enfrentando

por Andrew Greenlees
de Brasília

Houve momentos durante a sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte em que o orador falava para dois ouvintes, cena que se vem repetindo diariamente nos períodos destinados a debates.

Para tentar mudar essa situação, o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT paulista, propôs a divisão dos anteprojetos da Nova Carta em temas polêmicos, que seriam discutidos separadamente em sessões predeterminadas. Essa fórmula, na opinião do deputado, tornaria a sessão mais concorrida e produtiva.

Reunidos ontem com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, os líderes partidários (com exceção do PFL, que não mandou representante) decidiram analisar uma idéia alternativa, já que surgiram argumentos — inclusive de Ulysses — no sentido de que modificar as regras agora seria casar a palavra dos constituintes inscritos para as próximas sessões.

Mas uma sugestão do deputado Aldo Arantes, do PC do B, deverá ser adotada como meio-termo. Seriam convocadas sessões extraordinárias às terças, quartas e quintas-feiras pela manhã, para o debate de temas polêmicos. As demais sessões manteriam a ordem de inscrição e abordariam assuntos diversos.

Segundo Plínio de Arruda Sampaio, as reuniões temáticas deveriam tratar pontos como reforma agrária, educação, saúde, empresa nacional, sistema de governo, tributação e outros, num total de doze.

"Precisamos trazer o debate para plenário e acabar com os conchavos de corredor", afirmou o deputado do PT, para quem as

sessões teriam até mesmo maior interesse para o público, já que haveria temas predeterminados, relacionados especificamente a certos segmentos sociais. "Todos concordam que é necessário negociar e procurar acordos, mas isto precisa ser feito em plenário", acrescenta Plínio. Segundo ele, as doze sessões extraordinárias seriam marcadas para o período de 28 de julho a 23 de agosto, quando termina a fase de discussão do atual anteprojeto.

O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), aliás, classificou ontem a idéia de modificar o sistema de debates como "uma grande contribuição para a feitura do substitutivo ao anteprojeto".

Em outros gabinetes do Congresso, continuavam os entendimentos de grupos partidários em busca de acordos sobre os pontos polêmicos. Deputados do chamado PFL "moderno" — preocupado com as posições que considera excessivamente conservadoras do líder José Lourenço — reuniram-se com representantes da ala "progressista" do PMDB.

O senador José Agripino Maia, do PFL do Rio Grande do Norte, expôs os resultados de seus contatos com ministros militares e entidades defensoras da anistia e admitiu que estes últimos têm posições menos rígidas. O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) falou sobre a questão urbana, enquanto o deputado José Serra (PMDB-SP) tratou do capítulo de tributos.

O grupo tem nova reunião marcada para a próxima quarta-feira e, depois, pretende ampliar os contatos para outras alas partidárias. O trabalho deverá culminar com a apresentação de emendas de consenso ao anteprojeto da Constituição.

Os riscos do retorno
do pleito indireto

O governador Tasso Jereissati disse ontem, em Fortaleza, que a adoção do sistema parlamentarista tradicional no País significaria um retrocesso político, por provocar a reedição do colégio eleitoral.

Explicou que no parlamentarismo o chefe de governo, o primeiro-ministro, é eleito pelo Parlamento. No caso do Brasil, o Congresso Nacional representou a quase totalidade do colégio eleitoral que escolheu, em 85, pelo voto indireto, a chapa Tancredo Neves—José Sarney.

Por isso, o governador do Ceará defendeu a deflagração de uma campanha de esclarecimento da opinião pública em todo o País sobre esse problema. Ressaltou que a tese das eleições diretas com o parlamentarismo poderá resultar na frustração do povo brasileiro: eleger o presidente pelo voto direto, mas quem governará será o primeiro-ministro, eleito pelo Congresso Nacional.

Jereissati voltou a manifestar com "a falta de realismo" com que as questões nacionais são discutidas em Brasília pelos deputados federais e senadores.

"Enquanto os governadores e os prefeitos estão preocupados em encontrar uma solução para os sérios problemas com a falta de recursos para executar as obras reivindicadas pela comunidade; pagar a folha do funcionalismo; administrar greves e rolar as suas dívidas, em Brasília estão discutindo o sexo dos anjos; o mandato do presidente", se cinco ou seis anos", disse.

Ele fez um apelo à classe política no sentido de que se engaje no equacionamento da crise política e econômica do País. Jereissati entende que o prioritário, agora, para o Brasil é o andamento normal da Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de que seja elaborada uma nova Constituição que atenda aos anseios da Nação; e as medidas econômicas que o governo Sarney vem tomando, por meio do Plano Bresser.

Em Natal, o governador Geraldo Melo demonstrou-se satisfeito com o resultado da convenção do PMDB já que, apesar das divergências, o partido "soube encontrar uma fórmula conciliatória para pelo menos por enquanto, evitar o confronto interno".

Otimista, ele acredita até mesmo em fortalecimento do PMDB após o encontro do último fim de semana: "Ganhou o partido, que manteve a sua unidade, já que era iminente uma ruptura por conta da crise que atravessa", afirmou Melo, para quem a convenção foi uma "sucessão de equívocos", a partir da sua própria convocação.

Melo defendeu, também, a necessidade de o PMDB assumir, de uma vez por todas, a sua condição de governo, pois "o povo não aceita essa indefinição, que não é uma atitude sincera".

Ele acha que o governo, também, tem de valorizar o poder político do PMDB, para que este se mantenha "fiel às bandeiras que sempre defendeu", concluiu. (AG)

Constituintes poderão
votar leis ordinárias

Por meio de um ato de disposições não constitucionais, os constituintes poderão votar, em seguida à promulgação da nova Constituição, todo um elenco de leis ordinárias e complementares, garantindo, dessa forma, sua rápida aprovação, segundo o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Para Cabral, a fórmula evitaria uma possível longa tramitação das matérias no Congresso, onde há projetos que se arrastam por cinco e até dez anos "e sobretudo, prestigiaria o trabalho do constituinte". No primeiro caso, além da demorada tramitação na Câmara e no Senado, o projeto teria de ir, depois à sanção do presidente da República. Enquanto na Constituinte o processo é simplificado, pois a mesma assembleia que o elabora é também a que o promulga

Nesse ato devem entrar, segundo ele, temas como a pena de morte, aborto, Lei de Segurança Nacional e a estabilidade no emprego, questões que Cabral considera mais apropriada para Consolidação das Leis do Trabalho, conforme apurou a EBN.

A partir do próximo dia 4 de agosto, todos os segmentos da sociedade catarinense, paranaense e gaúcha estarão reunidos, nas respectivas assembleias legislativas de seus estados, em torno do seminário "A Nova Constituição Federal e a Região Sul", discutindo os assuntos que estão em pauta na Comissão de Sistematização.

Segundo o presidente da União Parlamentar Interestadual, deputado Juarez Furtado, que preside também o Legislativo catarinense, o objetivo do seminário é levantar as reivindicações dos três estados